

TE 232 → ASSUNTO: Artes Cênicas - Incentivos

TEATRO & DANÇA

Minc doa 500 mil para capixabas

Um edital foi assinado para permitir a distribuição de Cz\$ 500 mil entre atores e bailarinos. Oitenta por cento ao assinar o contrato e 20% após, comprovadas dez apresentações em até dois meses. Mas houve quem achasse pouco e pedisse o dinheiro todo de vez. Apesar disso, a corrida ao auxílio começa hoje e promete ser concorrida

Carlos Miranda, o presidente do Instituto Nacional de Artes Cênicas (Inacem), pensa como o presidente do Supremo Tribunal de Justiça da França: não há porque proibir ou censurar espetáculos teatrais e filmes se o cidadão é que escolhe o que vai ver. Este pensamento foi a sentença com que o juiz disse não aos moralistas franceses que pediam a proibição de Je Vous Salue Marie, do cineasta Jean-Luc Godard.

Mas Carlos Miranda não veio a Vitória para dizer isto apenas. Ele assinou o edital que oficializa a doação do Ministério da Cultura (Minc) de Cz\$ 500 mil que serão distribuídos entre os produtores de teatro, dança e teatro de bonecos do Espírito Santo. São signatários do documento o próprio Minc, Inacem, Secretaria de Estado da Educação e Cultura, Departamento Estadual de Cultura, Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Esportes.

Ao lado do representante do Inacem estavam ontem o prefeito Hermes Laranja; Maurício Silva, diretor do Departamento Estadual de Cultura (DEC); Idivarci Martins, secretário municipal de Cultura e Esportes; vários representantes de entidades e artistas; funcionários da prefeitura e jornalistas.

Poderão se inscrever para disputar o financiamento grupos amadores de teatro, grupos de dança, empresas de produção artística e grupos de teatro de bonecos que não tenham recebido ainda qualquer auxílio de órgãos públicos, este ano. As propostas serão analisadas por representantes do Inacem, Secretaria Municipal de Cultura, Federação Capixaba de Teatro Amador (Fecat), Associação Profissional de Técnicos em espetáculos de Diversões do Espírito (Apatedees), Associação Brasileira de Teatro de Bonecos e uma entidade representativa da dança.

INCENTIVO

Os Cz\$500 mil serão assim distribuídos: Cz\$200 mil para o teatro profissional, Cz\$150 mil

para o teatro amador; Cz\$100 mil para a dança e Cz\$50 mil para o teatro de bonecos. Poderão se inscrever apenas as empresas de produção artística e grupos que apresentarem uma ampla documentação: de cópia de texto da peça ou sinopse a carteira de identidade.

A entrega da ajuda financeira será feita em duas parcelas. Oitenta por cento no ato da assinatura do contrato e o restante me-

diante comprovação de dez apresentações no período de dois meses. O prazo máximo para a estreia do espetáculo é de 90 dias após firmado o contrato. Os grupos inadimplentes com o Inacem, o DEC, a PMV, não poderão participar do edital. E o prazo para as inscrições está em cima. Vai apenas até o dia 20 de mês que vem, no DEC.

A assinatura do edital que sacraliza o convênio que beneficia os capixabas faz parte de uma experiência nacional do Minc, através do Inacem e é a materialização da primeira aproximação da Secretaria de Cultura da PMV com a esfera federal. Carlos Miranda reconhece que, embora significativo, o dinheiro canalizado através do convênio é pouco. Mas ressalta que o mais importante é que as associações se fortifiquem.

A experiência vivida no município de São Mateus, tendo à frente Maciel de Aguiar, foi reconhecida e louvada pelo presidente do Inacem. Lembrou que uma atividade antes restrita à capital foi descentralizada e movimentada uma região até pouco tempo vivendo o marasmo em termos de movimentação cultural. "A comunidade organizada é que viabiliza suas atividades. A experiência de São Mateus é inédita e mostra que a transformação é difícil porém não impossível", disse Carlos Miranda.

A ausência de vínculos, no trabalho de Maciel, com o poder público, foi ressaltada por Carlos

Miranda que lembrou que teatro e suas diversas manifestações têm uma importante função de troca de informações com a platéia. E que a independência política, quase sempre manifestada pelo paternalismo, apadrinhamento, que tudo pagam, impedem a necessária liberdade de expressão.

NOVIDADE

Mais um espaço cultural na

Prefeitura de Vitória foi a novidade anunciada durante a assinatura do edital de convênio, ontem, pelo prefeito Hermes Laranja. Ele desativou um arquivo para

transformá-lo em auditório. O prefeito mencionou a participação do poder municipal em atividades culturais, segundo ele nunca de maneira paternalista. O caso dos projetos Caramuru, Maria Ortiz, Sobremesa, incentivo à Casa da Cultura e existência da Biblioteca Municipal.

Idivarci Martins e Maurício Silva anunciaram que este é o primeiro passo para uma ação conjunta do DEC e Secretaria Municipal de Cultura e Esportes. Maurício não esqueceu de afirmar que há quatro anos o setor que agora dirige esteve voltado para a interiorização da cultura e auxílio à produção artística.

O edital sacramenta, assim, segundo o representante do Inacem, de maneira indireta, a

viabilização da qualidade da produção nas áreas beneficiadas, além da formação de novos profissionais. Sugeriu que não deve ser esquecida a busca de

apoio nas empresas particulares, através principalmente da Ley Sarney.

Os artistas estavam presentes. Mas não em número expressivo. Bete Caser, representante da Apatedees afirma que a classe artística está cada vez mais consciente, politicamente. Convidou os presentes a participarem do movimento pelas eleições diretas imediatas e anun-

ciou o encontro de amanhã, na Praça Oito, à tarde, em que os artistas de teatro estarão presentes. Duas representantes da dança no Estado, Denise Marques e Elusa Santos, que compareceram à prefeitura, não saíram contentes. Denise principalmente. Ela acha que pouco ou nada significa o apoio. Transporte e alimentação são itens caros, segundo ela, que não poderiam ser pagos pela bilheteria. E ficar dois meses esperando pelo final do pagamento, fazendo 10 apresentações, é excessivo, considerou. Mesmo sabendo que oitenta por cento são pagos no ato de assinatura do contrato. E que apenas os 20 por cento seriam pagos depois de comprovadas as apresentações.(S.M.)

